

A TRIBUTAÇÃO DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO

José Luís Sald@nha Sanches

Os factores de mudança

- A intensificação das operações transfronteiriças
 - O Estado-nação e o funcionamento da economia
 - Até à guerra de 19 14-1918
- Depois de 1945
 - Circulação de capitais e empresas multinacionais
 - Fluxo de mercadorias, de capitais e formas de comunicação

Os instrumentos legislativos

- Direito fiscal externo
- Acordos de dupla tributação

Os conceitos

- Residência
- Fonte
- Estabelecimento estável

Comunicações e o problema da residência

- O conceito de direcção efectiva
- O local onde a empresa é gerida (o lugar de direcção)
- A pluralidade dos locais de direcção

A determinação da fonte

- O local de produção do rendimento e a sua determinação
- As novas formas de organização do trabalho

O estabelecimento estável

- No comércio tradicional com meios de difusão electrónicos
- No comércio dos produtos digitais
- O ISP como estabelecimento estável

A partilha das receitas entre os Estados

- A produção *off-shore* e as suas formas de organização
- Tributação das empresas e tributação das pessoas

A tributação do consumo

- Imposto sobre transacções e IVA
- O IVA e o princípio da neutralidade
- A fronteira como agência de cobrança
- As transacções de coisas intangíveis:
 - ◆ Para sujeitos passivos do IVA
(*business to business*)
 - ◆ Para consumidores finais

A Directiva *2002/38/CE*

- O comércio electrónico com sujeito passivos do IVA (mera importação de bens)
- O comércio electrónico com consumidores finais
- A obrigação de registo

Os problemas de aplicação da Directiva

- A disparidade das taxas e a decisão da Directiva
- Princípio da origem e princípio do destino
- A Madeira, os Açores, a taxa de 13% e as vantagens efectivas

FIM

ANACOM, 30 de Março de 2004